



# FERRAZ DE VASCONCELOS-SP

PREFEITURA DE FERRAZ DE VASCONCELOS -  
SÃO PAULO- SP

Professor de Educação  
Básica I

**EDITAL Nº 003/2023**

CÓD: SL-099MR-23  
7908433234074

## Língua Portuguesa

1. Interpretação de Texto .....	7
2. Significação das palavras: sinônimos, antônimos, sentido próprio e figurado das palavras.....	10
3. Ortografia Oficial.....	11
4. Pontuação.....	12
5. Acentuação.....	14
6. Emprego das classes de palavras: substantivo, adjetivo, numeral, pronome, verbo, advérbio, preposição, conjunção (classificação e sentido que imprime às relações entre as orações) .....	15
7. Concordância verbal e nominal .....	24
8. Regência verbal e nominal.....	25
9. Crase .....	28
10. Colocação pronominal.....	28

## Conhecimentos Básicos de Legislação Municipal

1. Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Ferraz de Vasconcelos (Lei Complementar nº 167/2005 e suas alterações).....	37
2. Plano de Carreira e Remunerações do Magistério Público Municipal (Lei Complementar nº 227/2009 e suas alterações) .....	55

## Legislação e Conhecimentos Pedagógicos

1. A educação escolar – atuais tendências e exigências.....	57
2. Currículo e o pleno desenvolvimento do educando.....	58
3. A construção de uma escola democrática e inclusiva.....	59
4. A qualidade social da educação escolar e a educação para a diversidade numa perspectiva multicultural.....	59
5. Relação professor-aluno, escola-comunidade .....	60
6. A educação escolar como direito e dever do estado.....	67
7. Financiamento da educação .....	67
8. Concepções Filosóficas da Educação .....	71
9. Relação Educação – Sociedade – Cultura. Tendências pedagógicas na prática escolar.....	71
10. Planejamento, metodologia e avaliação do processo ensino / aprendizagem.....	72
11. Bibliografia Sugerida: BRASIL. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva. Brasília, MEC/SEESP, 2008. BRASIL.....	78
12. CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL – 1988. (Artigos 5º, 6º; 205 a 214).....	84
13. BRASIL. LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança do Adolescente – ECA.....	89
14. BRASIL. LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.....	128
15. BRASIL. RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 17 DE JUNHO DE 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (anexo o Parecer CNE/CP nº 3/2004)	144
16. BRASIL. RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 4, DE 13 DE JULHO DE 2010. Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (anexo o Parecer CNE/CEB nº 7/2010) .....	154
17. BRASIL. RESOLUÇÃO CNE/CP Nº 1, DE 30 DE MAIO DE 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos (anexo o Parecer CNE/CP nº 8/2012) .....	189
18. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS.....	198

## ÍNDICE

19. Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e Protocolo Facultativo. DECRETO N.º 6.949, DE 25 DE AGOSTO DE 2009 Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. ....	199
20. PERRENOUD, Philippe. “10 novas competências para ensinar”. Porto Alegre. Artmed.....	213
21. PERRENOUD, Philippe. Formando Professores Profissionais, Porto Alegre. Artmed-Artes Médicas Sul, 2001 – Edição revisada. ....	213
22. MOREIRA, Antonio Flávio B. (Org.) – Currículo – Questões atuais – Papyrus Editora.....	213
23. HOFFMANN, Jussara – Avaliação Mediadora – Editora Mediação – 2000. ....	214
24. CARVALHO, Rosita Edler. Educação Inclusiva com os Pingos nos Is. 2. ed. Porto Alegre: Mediação, 2005. ....	216
25. CORTELLA, Mário Sérgio. A escola e o conhecimento: fundamentos epistemológicos e políticos. São Paulo, Cortez, 2011. ...	220
26. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 43. ed., São Paulo: Paz e Terra, 2011. ....	226
27. LA TAILLE, Yves. DANTAS, Heloisa e OLIVEIRA, Marta Kohl de, Piaget, Vygotsky, Wallon: teorias psicogenéticas em discussão. 24. ed., São Paulo: Summus, 1992. ....	236
28. MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. UNESCO/Cortez Editora, cap. III e IV, p. 47- 78, e cp. VI, 93 -104, 2000. ....	236
29. RIOS, Terezinha Azerêdo. Ética e competência. 20. ed., São Paulo: Cortez, 2011. ....	236
30. SACRISTÀN, J. Gimeno; PÉREZ GOMES, A. I. Compreender e transformar o ensino. 4. ed. Porto Alegre: ARTMED, 2000. ....	238
31. SAVIANI, Dermeval. Histórias das ideias pedagógicas no Brasil. Campinas; Autores Associados, 2010. ....	239
32. TEIXEIRA, Anísio. A escola pública universal e gratuita. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. Rio de Janeiro, v. 26, n. 64, out./dez. 1956. p. 3-27. ....	239
33. GROPPA, Julio – Indisciplina na escola (alternativas teóricas e práticas) Summus Editorial. ....	239
34. Metodologias ativas para uma educação inovadora (Lilian Bacich e José Moran). ....	239

## Conhecimentos Específicos Professor de Educação Básica I

1. Visão histórica da Educação Infantil no Brasil.....	243
2. Concepção de Educação Infantil, de infância e de criança.....	246
3. O imaginário infantil.....	249
4. O professor de Educação Infantil: Perfil.....	249
5. Desenvolvimento infantil: físico, afetivo, cognitivo e social.....	256
6. Relação entre o cuidar e o educar.....	260
7. A construção do raciocínio matemático.....	262
8. Pensamento e linguagem – leitura e escrita – letramento.....	264
9. A instituição e o projeto educativo.....	273
10. O jogo como recurso privilegiado. O brincar e o brinquedo.....	274
11. Construção das diferentes linguagens pelas crianças: movimento, música, artes visuais, natureza e ambiente, e matemática.....	286
12. Avaliação do processo educativo na Educação Infantil.....	297

**IDENTIFICANDO O TEMA DE UM TEXTO**

O tema é a ideia principal do texto. É com base nessa ideia principal que o texto será desenvolvido. Para que você consiga identificar o tema de um texto, é necessário relacionar as diferentes informações de forma a construir o seu sentido global, ou seja, você precisa relacionar as múltiplas partes que compõem um todo significativo, que é o texto.

Em muitas situações, por exemplo, você foi estimulado a ler um texto por sentir-se atraído pela temática resumida no título. Pois o título cumpre uma função importante: antecipar informações sobre o assunto que será tratado no texto.

Em outras situações, você pode ter abandonado a leitura porque achou o título pouco atraente ou, ao contrário, sentiu-se atraído pelo título de um livro ou de um filme, por exemplo. É muito comum as pessoas se interessarem por temáticas diferentes, dependendo do sexo, da idade, escolaridade, profissão, preferências pessoais e experiência de mundo, entre outros fatores.

Mas, sobre que tema você gosta de ler? Esportes, namoro, sexualidade, tecnologia, ciências, jogos, novelas, moda, cuidados com o corpo? Perceba, portanto, que as temáticas são praticamente infinitas e saber reconhecer o tema de um texto é condição essencial para se tornar um leitor hábil. Vamos, então, começar nossos estudos?

Propomos, inicialmente, que você acompanhe um exercício bem simples, que, intuitivamente, todo leitor faz ao ler um texto: reconhecer o seu tema. Vamos ler o texto a seguir?

**CACHORROS**

Os zoólogos acreditam que o cachorro se originou de uma espécie de lobo que vivia na Ásia. Depois os cães se juntaram aos seres humanos e se espalharam por quase todo o mundo. Essa amizade começou há uns 12 mil anos, no tempo em que as pessoas precisavam caçar para se alimentar. Os cachorros perceberam que, se não atacassem os humanos, podiam ficar perto deles e comer a comida que sobrava. Já os homens descobriram que os cachorros podiam ajudar a caçar, a cuidar de rebanhos e a tomar conta da casa, além de serem ótimos companheiros. Um colaborava com o outro e a parceria deu certo.

Ao ler apenas o título “Cachorros”, você deduziu sobre o possível assunto abordado no texto. Embora você imagine que o texto vai falar sobre cães, você ainda não sabia exatamente o que ele falaria sobre cães. Repare que temos várias informações ao longo do texto: a hipótese dos zoólogos sobre a origem dos cães, a associação entre eles e os seres humanos, a disseminação dos cães pelo mundo, as vantagens da convivência entre cães e homens.

As informações que se relacionam com o tema chamamos de subtemas (ou ideias secundárias). Essas informações se integram, ou seja, todas elas caminham no sentido de estabelecer uma unidade de sentido. Portanto, pense: sobre o que exatamente esse texto fala? Qual seu assunto, qual seu tema? Certamente você chegou à conclusão de que o texto fala sobre a relação entre homens e cães. Se foi isso que você pensou, parabéns! Isso significa que você foi capaz de identificar o tema do texto!

Fonte: <https://portuguesrapido.com/tema-ideia-central-e-ideias-secundarias/>

**IDENTIFICAÇÃO DE EFEITOS DE IRONIA OU HUMOR EM TEXTOS VARIADOS****Ironia**

Ironia é o recurso pelo qual o emissor diz o contrário do que está pensando ou sentindo (ou por pudor em relação a si próprio ou com intenção depreciativa e sarcástica em relação a outrem).

A ironia consiste na utilização de determinada palavra ou expressão que, em um outro contexto diferente do usual, ganha um novo sentido, gerando um efeito de humor.

Exemplo:



Na construção de um texto, ela pode aparecer em três modos: ironia verbal, ironia de situação e ironia dramática (ou satírica).

**Ironia verbal**

Ocorre quando se diz algo pretendendo expressar outro significado, normalmente oposto ao sentido literal. A expressão e a intenção são diferentes.

Exemplo: Você foi tão bem na prova! Tirou um zero incrível!

**Ironia de situação**

A intenção e resultado da ação não estão alinhados, ou seja, o resultado é contrário ao que se espera ou que se planeja.

Exemplo: Quando num texto literário uma personagem planeja uma ação, mas os resultados não saem como o esperado. No livro “Memórias Póstumas de Brás Cubas”, de Machado de Assis, a personagem título tem obsessão por ficar conhecida. Ao longo da vida, tenta de muitas maneiras alcançar a notoriedade sem sucesso. Após a morte, a personagem se torna conhecida. A ironia é que planejou ficar famoso antes de morrer e se tornou famoso após a morte.

***Ironia dramática (ou satírica)***

A ironia dramática é um efeito de sentido que ocorre nos textos literários quando o leitor, a audiência, tem mais informações do que tem um personagem sobre os eventos da narrativa e sobre intenções de outros personagens. É um recurso usado para aprofundar os significados ocultos em diálogos e ações e que, quando captado pelo leitor, gera um clima de suspense, tragédia ou mesmo comédia, visto que um personagem é posto em situações que geram conflitos e mal-entendidos porque ele mesmo não tem ciência do todo da narrativa.

Exemplo: Em livros com narrador onisciente, que sabe tudo o que se passa na história com todas as personagens, é mais fácil aparecer esse tipo de ironia. A peça como Romeu e Julieta, por exemplo, se inicia com a fala que relata que os protagonistas da história irão morrer em decorrência do seu amor. As personagens agem ao longo da peça esperando conseguir atingir seus objetivos, mas a plateia já sabe que eles não serão bem-sucedidos.

**Humor**

Nesse caso, é muito comum a utilização de situações que pareçam cômicas ou surpreendentes para provocar o efeito de humor.

Situações cômicas ou potencialmente humorísticas compartilham da característica do efeito surpresa. O humor reside em ocorrer algo fora do esperado numa situação.

Há diversas situações em que o humor pode aparecer. Há as tirinhas e charges, que aliam texto e imagem para criar efeito cômico; há anedotas ou pequenos contos; e há as crônicas, frequentemente acessadas como forma de gerar o riso.

Os textos com finalidade humorística podem ser divididos em quatro categorias: anedotas, cartuns, tiras e charges.

**ANÁLISE E A INTERPRETAÇÃO DO TEXTO SEGUNDO O GÊNERO EM QUE SE INSCREVE**

Compreender um texto trata da análise e decodificação do que de fato está escrito, seja das frases ou das ideias presentes. Interpretar um texto, está ligado às conclusões que se pode chegar ao conectar as ideias do texto com a realidade. Interpretação trabalha com a subjetividade, com o que se entendeu sobre o texto.

Interpretar um texto permite a compreensão de todo e qualquer texto ou discurso e se amplia no entendimento da sua ideia principal. Compreender relações semânticas é uma competência imprescindível no mercado de trabalho e nos estudos.

Quando não se sabe interpretar corretamente um texto pode-se criar vários problemas, afetando não só o desenvolvimento profissional, mas também o desenvolvimento pessoal.

**Busca de sentidos**

Para a busca de sentidos do texto, pode-se retirar do mesmo os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo. Isso auxiliará na apreensão do conteúdo exposto.

Isso porque é ali que se fazem necessários, estabelecem uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Por fim, concentre-se nas ideias que realmente foram explicitadas pelo autor. Textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Deve-se ater às ideias do autor, o que não quer dizer que o leitor precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não sejam criadas suposições vagas e inespecíficas.

**Importância da interpretação**

A prática da leitura, seja por prazer, para estudar ou para se informar, aprimora o vocabulário e dinamiza o raciocínio e a interpretação. A leitura, além de favorecer o aprendizado de conteúdos específicos, aprimora a escrita.

Uma interpretação de texto assertiva depende de inúmeros fatores. Muitas vezes, apressados, descuidamo-nos dos detalhes presentes em um texto, achamos que apenas uma leitura já se faz suficiente. Interpretar exige paciência e, por isso, sempre releia o texto, pois a segunda leitura pode apresentar aspectos surpreendentes que não foram observados previamente. Para auxiliar na busca de sentidos do texto, pode-se também retirar dele os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo, isso certamente auxiliará na apreensão do conteúdo exposto. Lembre-se de que os parágrafos não estão organizados, pelo menos em um bom texto, de maneira aleatória, se estão no lugar que estão, é porque ali se fazem necessários, estabelecendo uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Concentre-se nas ideias que de fato foram explicitadas pelo autor: os textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Devemos nos ater às ideias do autor, isso não quer dizer que você precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não criemos, à revelia do autor, suposições vagas e inespecíficas. Ler com atenção é um exercício que deve ser praticado à exaustão, assim como uma técnica, que fará de nós leitores proficientes.

**Diferença entre compreensão e interpretação**

A compreensão de um texto é fazer uma análise objetiva do texto e verificar o que realmente está escrito nele. Já a interpretação imagina o que as ideias do texto têm a ver com a realidade. O leitor tira conclusões subjetivas do texto.

Art. 13. O concurso público terá validade de até dois (2) anos o qual poderá ser prorrogado por uma vez, por igual período, a critério e conveniência da Administração.

§ 1º. O prazo de validade do concurso e as condições de sua realização serão fixados em edital, que será publicado no órgão oficial do Município.

§ 2º. Não se abrirá novo concurso público enquanto a ocupação do cargo puder ser feita por servidor em disponibilidade ou por candidato aprovado em concurso público anterior com prazo de validade ainda não expirado.

§ 3º. A aprovação em concurso público não cria direito à nomeação, mas esta, quando ocorrer, será feita em ordem rigorosa de classificação dos candidatos, após prévia inspeção médica oficial.

Art. 14. As normas gerais para a realização do concurso serão estabelecidas em regulamento.

Parágrafo único. Além das normas gerais, os concursos públicos serão regidos por instruções especiais, com ampla publicidade, que farão parte do edital.

Art. 15. O edital do concurso estabelecerá os requisitos a serem satisfeitos pelos candidatos.

Parágrafo único. Do edital do concurso deverão constar, entre outros os seguintes requisitos:

I – grau de instrução exigível, a ser comprovado, no momento da posse, mediante apresentação de documentação competente.

II – número de vagas a serem preenchidas, distribuídas por especialização ou disciplina, quando for o caso, com o respectivo vencimento do cargo.

Art. 16. Ao candidato será assegurado direito de recurso nas fases de homologação das inscrições, publicação de resultados parciais ou globais, homologação de concurso e nomeação.

Art. 17. O não atendimento de quaisquer das exigências constantes do edital implicará na automática exclusão do candidato do concurso público.

### SEÇÃO III DA NOMEAÇÃO

Art. 18. A nomeação far-se-á:

I – em caráter efetivo, quando se tratar de cargo isolado ou de carreira, cujo exercício exija, apenas, conhecimentos profissionais para o bom desempenho de suas atribuições.

II – em comissão, para cargos de livre nomeação e exoneração, cujo exercício exija relação de confiança entre a autoridade nomeante e o nomeado.

Art. 19. A nomeação para cargo efetivo depende de prévia habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedidos a ordem de classificação e o prazo de validade.

Parágrafo único. Os demais requisitos para ingresso e desenvolvimento dos servidores de carreira, mediante promoção, serão obedecidos pela lei que disponha sobre o sistema de carreira na Administração Pública Municipal e por seus respectivos regulamentos.

Art. 20. Os cargos em comissão, destinados apenas às atribuições de direção, chefia e assessoramento, serão providos mediante livre escolha da autoridade competente.

Parágrafo único. Os cargos em comissão serão providos, preferencialmente e sempre a critério da autoridade competente, por servidores de cargo de carreira.

Art. 21. O servidor efetivo, quando ocupar cargo em comissão, poderá optar pela remuneração deste ou pela de seu cargo, acrescida de gratificação de função a ser fixada pelo Prefeito, no ato de atribuição, em até 30% (trinta por cento).

Parágrafo único. A gratificação prevista no caput será calculada sobre o valor da referência de vencimento do servidor.

Art. 22. As funções gratificadas destinam-se a atender encargos previstos na organização administrativa do Município, para os quais se tenha criado cargo em comissão.

§ 1º. Somente serão designados para o exercício de função gratificada ocupantes do cargo efetivo do Município.

§ 2º. O exercício da função gratificada não constitui situação permanente.

§ 3º. As funções gratificadas serão especificadas na lei que instituir a estrutura administrativa.

Art. 23. É vedado o exercício de função gratificada por servidor ocupante de cargo em comissão.

### SUBSEÇÃO I DA POSSE E DO EXERCÍCIO

Art. 24. A posse dar-se-á por ato administrativo expedido pela autoridade competente e pela posse do servidor lavrado em termo próprio.

§ 1º. A posse ocorrerá no prazo de quinze (15) dias, contados a partir da publicação do ato convocatório para provimento, prorrogável por igual período, uma única vez observada a conveniência da administração. (Redação dada pela Lei Complementar nº 280, de 28 de maio de 2013.)

§ 2º. A posse poderá ser concedida mediante a apresentação de procuração específica por instrumento público.

§ 3º. No ato da posse, o servidor deverá apresentar, obrigatoriamente:

I – declaração de bens e valores que constituem seu patrimônio;

II- declaração de exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública, especificando-o quando for o caso.

§ 4º. Para servidores em cargo em comissão, deverá ser apresentada declaração de bens por ocasião de seu desligamento.

§ 5º. Será tornado sem efeito o ato de provimento se a posse não ocorrer nos prazos previstos nos § 1º e § 2º deste artigo.

Art. 25. A posse em cargo público dependerá de prévia inspeção médica oficial, que conclua pela aptidão para o exercício de suas funções.

Art. 26. Exercício é o efetivo desempenho das atribuições do cargo.

§ 1º. É de 05 (cinco) dias úteis o prazo para o servidor entrar em exercício, contados:

I – da posse, e

II – da publicação oficial do ato no caso de reintegração e reversão.

§ 2º. A promoção, a readaptação e a recondução não interrompem o exercício.

§ 3º. Será exonerado o servidor empossado que não entrar no exercício previsto no §1º.

§ 4º. À autoridade competente do órgão ou entidade para onde for designado o servidor compete dar-lhe o exercício.

Art. 27. O início, a suspensão, a interrupção e o reinício serão registrados no prontuário individual do servidor.

Parágrafo único. Ao entrar em exercício, o servidor deverá apresentar ao órgão competente os documentos exigidos pelo órgão responsável da administração.

## SUBSEÇÃO II DO ESTÁGIO PROBATÓRIO

Art. 28. O servidor público municipal, para adquirir estabilidade no serviço público, submeter-se-á a avaliação anual de desempenho, durante o período de 3 (três) anos, a título de estágio probatório, obedecidos aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, eficiência, do contraditório e da ampla defesa.

§ 1º. Aos servidores será dado, previamente, conhecimento das normas utilizadas para a avaliação de desempenho.

§ 2º. A avaliação de desempenho dos servidores será baseada nos seguintes fatores de desempenho que deverão constar do formulário de avaliação:

- I – Qualidade do trabalho
- II – Iniciativa
- III – Criatividade
- IV – Produtividade
- V – Competência interpessoal
- VI – Responsabilidade com o trabalho
- VII – Zelo por equipamentos e materiais
- VIII – Aproveitamento em programas de capacitação
- IX – Planejamento e organização do trabalho
- X – Assiduidade e Pontualidade

Art. 29. A avaliação anual de desempenho será realizada mediante observância de critérios de julgamento, os quais serão objeto de regulamentação específica.

Art. 30. A avaliação anual de desempenho será realizada por uma Comissão Especial de Avaliação e Desempenho composto por três servidores, sendo dois estáveis, todos de nível hierárquico não inferior ao do servidor a ser avaliado, sendo um o seu chefe imediato e dois deles pelo menos com três anos de exercício no órgão ao qual o avaliado esteja vinculado.

§ 1º. Caso não seja possível compor a Comissão Especial de Avaliação de Desempenho conforme determina caput deste artigo, poderá ser designado como membro da comissão servidor efetivo de outra unidade administrativa em cargo compatível e superior ao avaliado, ou em face dessa impossibilidade a autoridade competente adotará as providências com vistas a se compor essa Comissão.

§ 2º. O servidor avaliado será notificado do conceito anual que lhe foi atribuído, podendo, no prazo máximo de 10 (dez) dias, apresentar pedido reconsideração dirigido a Comissão que o avaliou, o qual deverá ser decidido em 10 (dez) dias.

§ 3º. O conceito de avaliação anual será motivado com base na aferição dos critérios previstos nesta Lei, sendo necessária a indicação dos fatos, das circunstâncias e dos demais elementos de convicção no termo de avaliação, inclusive o relatório relativo ao colhimento de provas testemunhais e documentais, quando for o caso.

§ 4º. É assegurado ao servidor o direito de acompanhar todos os atos de instrução do processo que tenha por objeto a avaliação de seu desempenho.

Art. 31. Contra a decisão relativa ao pedido de reconsideração caberá recurso ao Prefeito ou ao Presidente da Câmara, dependendo do caso, de ofício e voluntário no prazo de 10 (dez) dias na hipótese de confirmação do conceito de desempenho atribuído ao servidor.

Parágrafo único. É indelegável a decisão dos referidos recursos.

Art. 32. Todo o procedimento de avaliação de servidor em estágio probatório em pasta ou banco de dados individual, permitida a consulta pelo servidor a qualquer tempo.

Art. 33. Será considerado exonerado o servidor em estágio probatório que receber:

- I – um conceito de desempenho insatisfatório, ou
- II – dois conceitos de desempenho regular.

Parágrafo único – Os conceitos de desempenho mencionados nos incisos acima, deverão ser confirmados em decisão final pelo Prefeito Municipal ou pelo Presidente da Câmara, dependendo do caso, para ser efetivada a exoneração do servidor.

Art. 34. O Prefeito ou o Presidente da Câmara, dependendo do caso, atendendo ao que dispõe o artigo anterior, bem assim após análise do recurso interposto pelo servidor, decidirá em 30 (trinta) dias, pela estabilidade ou não do mesmo no serviço público, sendo esta decisão irrecurável administrativamente.

Art. 35. O servidor em estágio probatório não adquirirá estabilidade no serviço público enquanto não for avaliado, ao menos uma vez, pela Comissão Especial de Desempenho.

Art. 36. O ato de desligamento do servidor municipal em estágio probatório será publicado de forma reduzida, no órgão oficial do Município.

Art. 37. Os prazos previstos nesta subseção começam a correr a partir da data de cientificação ou publicação no órgão oficial.

§ 1º. Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento recair em dia que não houver expediente.

§ 2º. Os prazos previstos nesta subseção contam-se em dias corridos.

Art. 38. Fica o Executivo Municipal autorizado a regulamentar, por Decreto, se necessário for, os atos que se fizeram indispensáveis à execução da avaliação de desempenho do servidor.

## SUBSEÇÃO III DA ESTABILIDADE

Art. 39. São estáveis após 3 (três) anos de efetivo exercício os servidores nomeados em virtude de aprovação em concurso público.

Parágrafo único. A aquisição de estabilidade está condicionada à aprovação em estágio probatório, mediante avaliação especial de desempenho, na forma prevista no artigo 28 e seguintes:

Art. 40. O servidor estável só perderá o cargo:

- I – em virtude de sentença judicial transitada em julgado;
- II – mediante processo administrativo disciplinar, assegurada a ampla defesa;
- III – mediante procedimento de avaliação periódica de desempenho, assegurada a ampla defesa, e
- IV – quando houver a necessidade de redução de pessoal, em cumprimento ao limite de despesa estabelecida em legislação federal pertinente.

§ 1º. A perda do cargo nos termos do inciso III dar-se-á na forma da legislação federal aplicável ao caso.

O paradigma progressista leva em consideração o indivíduo que constrói sua própria história e admitindo que o grupo tenha equilíbrio e contradições, a escola tem que saber que cada indivíduo no grupo tem sua própria leitura de mundo.

Freire (1996) é um precursor da abordagem progressista e diz que o homem é o sujeito da educação e apresenta-se como um homem concreto. Segundo Libâneo (1990) a pedagogia progressista manifesta-se em três tendências: a libertadora, conhecida como pedagogia de Paulo Freire, a libertária, que reúne os defensores da autogestão pedagógica, e a crítico-social dos conteúdos, que prioriza os conteúdos no seu confronto com as realidades sociais. João Luiz Gasparin “não consiste mais apenas em estudar para reproduzir algo, mas sim em encaminhar soluções [...] para os desafios que são colocados pela realidade” (2003, p. 46).

A escola progressista precisa estabelecer um clima de troca, de diálogo, de interrelação, de transformação, de enriquecimento mútuo. Tem como função social ser politizada e politizadora provocando a intervenção para a transformação social.

O professor progressista busca através do diálogo a produção do conhecimento. Ele é um mediador entre o saber elaborado e o conhecimento a ser produzido, e instrumentaliza seus alunos para se inserirem no meio social com a consciência crítica, respeitando suas opiniões.

O aluno progressista junto com o professor faz uma investigação e uma discussão coletiva para buscar o conhecimento como sujeito crítico, dinâmico e participativo do processo. Ele caracteriza-se como um sujeito ativo, sério e criativo, que confia em si mesmo e que tem uma relação dialógica como o professor e com seus colegas. A metodologia progressista busca a comunicação dialógica. Seu ponto de partida é a prática social, que constitui o fundamento e a prática pedagógica.

A abordagem progressista visa à produção do conhecimento e provoca a reflexão crítica na ação, e para a ação. O ensino centrado na realidade social leva o professor e os alunos a refletirem e analisarem os problemas relacionados com o meio social, econômico e cultural da comunidade em que vivem, tendo em vista a ação coletiva frente aos problemas.

A avaliação progressista é contínua, processual e transformadora, podendo ser um processo de participação individual e coletiva. Contempla momentos de auto-avaliação e de avaliação grupal.

Por ser responsável, criativo, reflexivo, o aluno participa com o professor da composição dos critérios para avaliação, em que todos são responsáveis pelo sucesso e pelo fracasso do grupo.

Os professores que buscam uma prática pedagógica democrática e transformadora têm encontrado sérios problemas para superar os paradigmas conservadores. Dessa forma podemos organizar as tendências pedagógicas brasileiras conforme o esquema abaixo.

### Tendências Pedagógicas Brasileiras



Fonte: Elaborado pela autora

Fonte: RODRIGUES, K.D. et al. TENDÊNCIAS PEDAGÓGICAS ATUAIS. Anais- VII- Congresso Nacional de Educação- CONEDU, Maceió, 2020. Disponível em: [https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO\\_EV140\\_MD1\\_SA3\\_ID2660\\_01092020121904.pdf](https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2020/TRABALHO_EV140_MD1_SA3_ID2660_01092020121904.pdf). Acesso em: 27.mar.2023

### CURRÍCULO E O PLENO DESENVOLVIMENTO DO EDUCANDO.

O currículo é um importante instrumento na área educacional, pois é por meio dele que são estabelecidos os objetivos de aprendizagem, os conteúdos, as metodologias e as avaliações para o processo de ensino e aprendizagem. É por meio dele que o educando é preparado para a vida em sociedade e para a continuidade de seus estudos.

#### — A importância do currículo no pleno desenvolvimento do educando

O currículo é um elemento fundamental para a formação do educando, pois é por meio dele que são definidos os conhecimentos, habilidades e valores que ele irá adquirir durante sua trajetória escolar. É importante destacar que o currículo não deve ser visto apenas como uma lista de conteúdos a serem estudados, mas sim como um conjunto de objetivos que devem ser alcançados para que o educando possa se desenvolver plenamente.

#### — As competências e habilidades a serem desenvolvidas no educando

O currículo deve contemplar as competências e habilidades que são importantes para o desenvolvimento integral do educando. É importante que ele possa desenvolver suas habilidades cognitivas, como a capacidade de compreender, analisar e sintetizar informações. Além disso, o educando deve ser estimulado a desenvolver habilidades socioemocionais, como a capacidade de se relacionar com outras pessoas e de lidar com suas emoções de forma saudável.

— **A importância da interdisciplinaridade no currículo**

A interdisciplinaridade é um aspecto importante que deve ser contemplado no currículo, pois ela possibilita a integração entre as diferentes áreas de conhecimento. Isso permite que o educando possa compreender a realidade de forma mais ampla e integrada, além de desenvolver uma visão crítica e reflexiva sobre os temas estudados.

— **A avaliação como parte do currículo**

A avaliação é uma parte importante do currículo, pois é por meio dela que é possível verificar se os objetivos de aprendizagem foram alcançados. É importante que a avaliação não seja vista apenas como um momento de aplicação de provas, mas sim como um processo contínuo que permite ao educando e ao educador avaliar o progresso do processo de ensino e aprendizagem.

O currículo é um instrumento fundamental para a formação do educando, e seu papel é cada vez mais importante em um mundo em constante transformação. É preciso que ele seja elaborado de forma cuidadosa e reflexiva, contemplando as competências e habilidades necessárias para que o educando possa se desenvolver plenamente. Além disso, é importante que o currículo seja visto como um processo dinâmico e integrado, que possibilita uma aprendizagem significativa e relevante para o educando.

Em resumo, o currículo escolar precisa ser pensado de maneira a possibilitar ao aluno uma formação integral, que contemple não apenas o ensino de conteúdos específicos, mas também o desenvolvimento de habilidades socioemocionais e a integração de diversas áreas do conhecimento. Somente assim será possível formar cidadãos críticos e reflexivos, capazes de atuar de forma consciente e efetiva na sociedade.

**A CONSTRUÇÃO DE UMA ESCOLA DEMOCRÁTICA E INCLUSIVA**

A construção de uma escola democrática e inclusiva é um desafio constante para a sociedade e para os profissionais da educação. Uma escola que valoriza a diversidade, respeita as diferenças e oferece oportunidades igualitárias para todos é um espaço privilegiado para o desenvolvimento pessoal, social e cognitivo dos estudantes. Neste texto, serão abordados alguns dos principais aspectos relacionados a essa temática.

— **A importância da escola democrática e inclusiva**

A escola é um ambiente de aprendizagem e socialização que deve ser capaz de garantir o acesso, permanência e sucesso dos estudantes, independentemente de suas características pessoais, origem socioeconômica, raça, gênero, orientação sexual, entre outras. Além disso, a escola tem a responsabilidade de formar cidadãos críticos, éticos e participativos, capazes de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Para tanto, é fundamental que a escola seja democrática e inclusiva, ou seja, que proporcione um ambiente acolhedor, seguro e respeitoso, no qual os estudantes sintam-se valorizados e reconhecidos como sujeitos de direitos e deveres. Isso implica em adotar práticas pedagógicas que considerem as especificidades dos estudantes, respeitem suas individualidades e promovam o diálogo, a cooperação e a solidariedade.

A construção de uma escola democrática e inclusiva depende, portanto, da ação conjunta de todos os membros da comunidade escolar - professores, gestores, funcionários, estudantes e famílias - e da adoção de políticas públicas que garantam condições adequadas de infraestrutura, recursos e formação profissional.

— **Desafios e possibilidades**

Construir uma escola democrática e inclusiva é um desafio que envolve enfrentar preconceitos, estereótipos e discriminações presentes na sociedade e também no ambiente escolar. Isso implica em reconhecer as diferentes formas de violência que afetam os estudantes, como o bullying, a exclusão, a marginalização, a violência física e verbal, entre outras, e buscar formas de prevenção e enfrentamento dessas situações.

Outro desafio é garantir a participação ativa dos estudantes no processo educativo, valorizando suas experiências, conhecimentos e vivências. Isso implica em adotar uma postura pedagógica que estimule a autonomia, a criatividade e a capacidade crítica dos estudantes, possibilitando a construção coletiva do conhecimento e a resolução de problemas concretos da comunidade.

Por fim, é preciso reconhecer que a construção de uma escola democrática e inclusiva não é um processo simples ou fácil, mas sim um processo contínuo e dinâmico, que requer o envolvimento comprometido de todos os atores envolvidos. Ainda assim, os resultados desse esforço podem ser extremamente positivos, tanto para os estudantes quanto para a sociedade como um todo.

Em resumo, a construção de uma escola democrática e inclusiva é um desafio que se impõe à sociedade como um todo, e que exige o comprometimento e a participação de todos os envolvidos no processo educativo. É preciso que gestores, professores, alunos, familiares e comunidade estejam engajados em garantir o acesso à educação de qualidade para todos, respeitando as diferenças e promovendo a inclusão social. Além disso, é fundamental que sejam implementadas políticas públicas que fomentem a diversidade e a igualdade de oportunidades no ambiente escolar, como a oferta de recursos pedagógicos adequados e a formação continuada dos profissionais da educação. Dessa forma, é possível construir uma escola mais justa, igualitária e que atenda às demandas da sociedade contemporânea.

**A QUALIDADE SOCIAL DA EDUCAÇÃO ESCOLAR E A EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE NUMA PERSPECTIVA MULTICULTURAL.**

A qualidade social da educação escolar e a educação para a diversidade numa perspectiva multicultural são temas de extrema importância para a sociedade contemporânea. A educação é fundamental para o desenvolvimento humano e para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária. Nesse sentido, a construção de uma escola democrática e inclusiva deve levar em consideração a diversidade cultural e a formação de uma educação intercultural.

— **A qualidade social da educação escolar**

A qualidade social da educação escolar pode ser definida como a busca por uma educação que atenda às necessidades da sociedade, promovendo a formação de cidadãos críticos e conscientes de

elementar, eles mantinham os cursos de Letras e Filosofia, considerados secundários, e o curso de Teologia e Ciências Sagradas, de nível superior, para a formação de sacerdotes.

No curso de Letras estudava-se Gramática Latina, Humanidades e Retórica; no curso de Filosofia estudava-se Lógica, Metafísica, Moral, Matemática e Ciências Físicas e Naturais. Os que pretendiam seguir as profissões liberais iam estudar na Europa, na Universidade de Coimbra, em Portugal, a mais famosa no campo das ciências jurídicas e teológicas, e na Universidade de Montpellier, na França, a mais procurada na área de medicina (Bello, 1992. p. 2).

Em 1759, Sebastião José de Carvalho, o marquês de Pombal, primeiro-ministro de Portugal, após entrar em conflito com os jesuítas, os expulsou de todas as colônias portuguesas, suprimindo todas as suas escolas. A razão para esse conflito apontada por Piletti (1991) é o fato de os jesuítas se oporem ao controle do governo português. Com a supressão das escolas jesuíticas, “a educação brasileira (...) vivenciou uma grande ruptura histórica num processo já implantado e consolidado como modelo educacional” (Bello, 1992).

A reforma pombalina dos estudos menores objetivou, segundo Laert Ramos de Carvalho,

*criar a escola útil aos fins do Estado e, nesse sentido, ao invés de preconizar uma política de difusão intensa e extensa do trabalho escolar, pretenderam os homens de Pombal organizar a escola que, antes de servir aos interesses da fé, servisse aos imperativos da Coroa (Piletti, 1992. p. 36).*

Com a expulsão dos jesuítas, desmantelou-se toda uma estrutura administrativa de ensino e o Estado passou a assumir pela primeira vez os encargos da educação. Com isso, mudou-se o quadro de professores e até rebaixou o nível de ensino, porém não houve ruptura em suas estruturas, pois os substitutos foram pessoas preparadas pelos jesuítas e, aos serem recrutados, passaram a dar continuidade à sua ação pedagógica. “O ensino brasileiro, ao iniciar o século XIX, estava reduzido a pouco mais que nada” (Piletti, 1991, p. 37), já que, com a reforma pombalina, nenhum sistema educativo comparado ao jesuítico passou a existir.

#### **A educação no Período Imperial (1822-1889)**

Após a chegada da Família Real, em 1808, o Brasil apresentou desenvolvimento cultural considerável, mas o direito à educação permanecia restrito a alguns. A vinda da Família Real e mais adiante a Independência (1822) fizeram com que o ensino superior tivesse preocupação exclusiva, em detrimento de outros níveis de ensino, evidenciando o caráter classista da educação, ficando a classe pobre relegada a segundo plano, enquanto a classe dominante expandia cada vez mais seus privilégios. O objetivo fundamental da educação no Período Imperial era a formação das classes dirigentes. Para isso,

*ao invés de procurar montar um sistema nacional de ensino, integrado em todos os seus graus e modalidades, as autoridades preocuparam-se mais em criar algumas escolas superiores e em regulamentar as vias de acesso a seus cursos, especialmente através do curso secundário e dos exames de ingresso aos estudos de nível superior (Piletti, 1991, p. 41).*

Em 1823, foi instituído o Método Lancaster ou “ensino mútuo”, em que, após treinamento, um aluno (decúrio) ficaria incumbido de ensinar a um grupo de dez alunos (decúria), diminuindo, portanto, a necessidade de um número maior de professores.

A primeira Constituição Brasileira, outorgada em 1824, garantia apenas, em seu Art. 179, “a instrução primária e gratuita a todos os cidadãos”. No ano de 1827, uma lei determinou a criação de escolas de primeiras letras em todos os lugares e vilas, além de escolas para meninas, nunca concretizadas anteriormente. O ato adicional de 1834 e a Constituição de 1891 descentralizaram o ensino, mas não ofereceram condições às províncias de criar uma rede organizada de escolas, o que acabou contribuindo para o descaso com o ensino público e para que ele ficasse nas mãos da iniciativa privada, acentuando ainda mais o caráter classista e acadêmico, gerando assim um sistema dual de ensino: de um lado, uma educação voltada para a formação das elites, com os cursos secundários e superiores; de outro, o ensino primário e profissional, de forma bastante precária, para as classes populares.

#### **O contexto educacional durante a Primeira República (1889-1930)**

A dualidade do sistema educacional brasileiro, que conferia ao povo uma educação dessemelhante daquela conferida à elite, é herdada pela Primeira República juntamente com a desorganização que se arrastou durante o período monárquico. Surgiram inúmeras reformas para resolver a desorganização do sistema educacional, entre elas a Benjamin Constant, a Lei Orgânica Rivadávia Corrêa, a Carlos Maximiliano, porém foram apenas reformas paliativas, pois não se buscava mudar a estrutura educacional. Mudava-se até o sistema, mas a base da educação continuava. O modelo educacional que privilegiava a educação da elite, em detrimento da educação popular, é posto em questão na Primeira República. Mas os ideais republicanos que pretensamente alimentavam projetos de ver um novo Brasil traziam, intrinsecamente, resquícios de um velho tempo, cujas bases erguiam as colunas da desigualdade social, em que, no cenário real, estava de um lado a classe pobre, sempre relegada a segundo plano; de outro, a classe dominante, expandindo cada vez mais os seus privilégios. O sistema federativo de governo, estabelecido pela Constituição da República de 1891, ao consagrar a descentralização do ensino, acabou construindo um sistema educacional pouco democrático, que privilegiava o ensino secundário e superior – responsabilidade da União –, em detrimento da expansão do ensino primário – que deve ser reservado aos estados. A descentralização que conferia maior poder aos estados podia representar, no plano das ideias, mudanças satisfatórias e significativas. Mas, na realidade, representou o descaso e o abandono dos estados mais pobres, que se viam cada vez mais à mercê da própria sorte. Isso se refletia no âmbito educacional e relegava principalmente os menos favorecidos a uma educação precária ou ao analfabetismo, já gritante em nosso país. Romanelli (1978, p. 43) afirma:

Vamos ver, assim, a educação e a cultura tomando impulso em determinadas regiões do sudeste do Brasil, sobretudo em São Paulo, e o restante dos estados seguindo, “sem transformações profundas, as linhas do seu desenvolvimento tradicional, predefinidas na vida colonial e no regime do Império”.

Como é evidente, o Estado de São Paulo se destacava pelo maior investimento na área educacional. Porém é preciso ter em mente que a sua luta contra o analfabetismo, por meio da Liga de Defesa Nacional (1916) e da Liga Nacional do Brasil (1917), esta última com sede em São Paulo, representava consubstancialmente não o desejo de oferecer às camadas populares oportunidades iguais de desenvolvimento, mas sim o desejo de parte da emergente burguesia de afrontar a enraizada política oligárqui-

ca. Era preciso aumentar o contingente eleitoral, uma vez que o analfabeto era proibido de votar. Por essa razão, as lutas contra o analfabetismo se intensificaram, pois ele era tido como fator preponderante na perpetuação das oligarquias no governo; a alfabetização, então, era útil às transformações político-eleitorais. Sem deixar de considerar que era necessário também preparar as pessoas para a nova ordem econômica. Contudo, não havia uma rede de escolas públicas organizada, respeitável; as poucas que existiam nas cidades, eram destinadas ao atendimento dos filhos das classes abastadas. No interior do país, existiam algumas pequenas escolas rurais, funcionando em condições precárias, e o professorando não tinha qualquer formação profissional.

#### **A educação após a Revolução de 1930 (1930-1937)**

A Revolução de 1930 criou uma efervescência ideológica que operou importantes discussões e transformações no campo educacional; parecia que o país tinha realmente acordado para a importância da educação e para a necessidade de garantir a todos esse direito. O Decreto nº 19.850, de 11 de abril de 1931, criou o Ministério da Educação e as secretarias de Educação dos estados; em 1932, com o ideal de educação obrigatória, gratuita e laica, entre outros, surgiu o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, com o objetivo de tornar público o que era e o que pretendia o Movimento Renovador. De acordo com Romanelli (1979, p. 147-148),

*o manifesto sugere em que deve consistir a ação do Estado, reivindicando a laicidade do ensino público, a gratuidade, a obrigatoriedade e a coeducação. Reconhecendo pertencer ao cidadão o direito vital à educação e ao Estado o dever de assegurá-la e assegurá-la de forma que ela seja igual e, portanto, única, para todos quantos procurarem a escola pública, é evidente que esse direito só possa ser assegurado a todas as camadas sociais se a escola for gratuita.*

Surgiram vários projetos, discussões importantes que deram origem à Constituição de 1934, que visava à organização do ensino brasileiro e incluía um capítulo exclusivo sobre educação, no qual o Governo Federal passou a assumir novas atribuições como:

- a função de integração e planejamento global da educação; a função normativa para todo o Brasil e todos os níveis educacionais; a função supletiva de estímulo e assistência técnica e a função de controle, supervisão e fiscalização (Piletti, 1991, p. 81-82).

A educação durante o Estado Novo (1937-1945) e o governo populista (1945-1964)

As discussões e reivindicações do período anterior e as conquistas do movimento renovador, expressos na Constituição de 1934, são consideravelmente enfraquecidas e até em alguns casos suprimidas pela Constituição de 1937. Segundo Ghiraldelli Jr. (1994, p. 81),

o Estado Novo se desincumbiu da educação pública através de sua legislação máxima, assumindo apenas um papel subsidiário. O ordenamento relativamente progressista alcançado em 34, quando a letra da lei determinou a educação como direito de todos e obrigação dos poderes públicos, foi substituído por um texto que desobrigou o Estado de manter e expandir o ensino público.

Parafraseando Ghiraldelli Jr. (1994), o Estado estava pouco interessado em oferecer às classes populares educação pública e gratuita, e isso ficou expressamente claro na Constituição de 1937, que pretendia contrariamente evidenciar o caráter dual da educação, em que, para a classe dominante estava destinado o ensino público ou particular; ao povo marginalizado, deveria destinar-se apenas o ensino profissionalizante. Com o fim do Estado

Novo, o país retornou à normalidade democrática e passou a adotar uma nova constituição. Na área educacional, o texto de 1946 estabelecia alguns direitos garantidos pela Constituição de 1934 e suprimidos pela do Estado Novo. A educação como direito de todos está claramente expressa em seu Art. 166. O Art. 167 afirma que o ensino deverá ser ministrado pelos poderes públicos, embora livre à iniciativa particular, respeitando as determinações legais.

Para que o direito a educação fosse realmente assegurado, a Constituição destinava, em seu Art. 167, 10% do orçamento da União e 20% dos estados, que, embora insuficientes, representavam um avanço para que esse direito fosse assegurado. Contudo, “apesar da mudança de regime e da nova constituição, a legislação educacional herdada do Estado Novo vigorou até 1961, quando teve início a vigência da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional” (Piletti, 1991, p. 99). Até a aprovação da LDBEN de 1961, foram 13 anos (1948-1961). Durante esse período, a luta pela escola pública e gratuita intensificou-se. Numerosas campanhas com participação popular reivindicavam a ampliação e a melhoria do atendimento escolar para que, de fato, o direito constitucional “a educação é um direito de todos”, fosse consolidado.

#### **A educação durante o Regime Ditatorial (1964-1985)**

Se a educação antes do Período Ditatorial, com as ideias de universalização e democratização, nunca conseguiu consolidá-las, nesse período ela se distanciou mais desse ideal, pois se pautou na repressão, na privatização do ensino, continuou privilegiando a classe dominante com ensino de qualidade e deixando de fora as classes populares, oficializou o ensino profissionalizante e o tecnicismo pedagógico, que visava unicamente preparar mão de obra para atender às necessidades do mercado e desmobilizou o magistério com inúmeras e confusas legislações educacionais. A educação passou a atender ao regime vigente e, de modo geral, visava transformar pessoas em objetos de trabalho, de lucro; seres passivos diante todas as arbitrariedades que lhes fossem impostas. O ensino técnico oferecido para as classes populares delineou muito bem a sua função na sociedade: atender exclusivamente as necessidades do mercado, o que frearia as manifestações políticas, contribuindo para que o ensino superior continuasse reservado às elites. Pela Lei nº 5.540/68, o governo promoveu a Reforma Universitária:

- Instituiu o vestibular classificatório para acabar com os ‘excedentes’;
- Deu à universidade um modelo empresarial;
- Organizou as universidades em unidades praticamente isoladas;
- Multiplicou as vagas em escolas superiores particulares (Piletti, 1991, p. 16).

A Lei nº 5.692/71 reformulou o ensino de 1º e 2º graus; foi aprovada sem participação popular, promoveu mudanças como: 1º grau de 8 anos dedicado à educação geral; o 2º grau (3 a 4 anos) obrigatoriamente profissionalizante; até 1982, aumentou o número de matérias obrigatórias em todo o território nacional, as disciplinas mais reflexivas deixaram de serem ministradas no 2º grau.

A educação brasileira de 1985 à atualidade

Nos últimos 28 anos foram promovidas grandes modificações na educação brasileira. Em 5 de outubro de 1988 foi promulgada uma nova Constituição, que “cuida da educação e do ensino de maneira especial com referência aos direitos, aos deveres, aos